

Cultura

POR QUE SE ESPERA PARA REABRIR A QUESTÃO?

Jorge Filipe de Almeida
professor universitário

Na terceira e última parte deste artigo dedicado aos ‘Painéis de S. Vicente’ recorda-se como a comunidade académica julgou de forma desleal e célere uma tese que merecia ser discutida com abertura. Afinal, por que ignorar dados que só contribuem para valorizar a obra?

No final de 2002, a tese expressa no livro **Os Painéis de Nuno Gonçalves** (Verbo, 2000) despertou o interesse do dr. Pedro Roseta, então ministro da Cultura, que despachou favoravelmente um pedido de leitura da inscrição no pé do adolescente do Painel do Infante. Este pedido fora feito em novembro de 2002 ao Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) pelos autores da obra e estava coadjuvado pelas assinaturas de cerca de duas dezenas de personalidades destacadas da cultura e da vida universitária portuguesas. Assinaram o pedido, entre outros: Agustina Bessa-Luís, António e João Lobo Antunes, Eduardo Lourenço, Guilherme d’Oliveira Martins, Marcelo Rebelo de Sousa, Loureiro dos Santos, Vítor Melícias, Daniel Sampayo e Vítor Serrão.

O resultado positivo da leitura, essencialmente favorável à nova tese, foi assunto de notícia na primeira página do semanário *Expresso* de 22 de fevereiro de 2003. Não muito tempo mais tarde, Pedro Roseta requereu ao Instituto Português dos Museus (IPM) a organização de um encontro-debate no MNAA.

Esperar-se-ia que uma sessão científica decorresse com serenidade e que evitasse a armadilha da polémica exacerbada e emocional, que tanto tem caracterizado a Questão dos Painéis. Infelizmente, assim não aconteceu e o encontro realizou-se a 29 de maio de 2003, em circunstâncias controversas que captaram a atenção destacada de meios de comunica-

ção social. Resumidamente: a organização do debate tentou pôr a nova tese em manifesta situação de inferioridade, desvirtuando assim a boa iniciativa do ministro da Cultura.

Com efeito, José Luís Porfírio, o então diretor do MNAA, anfitrião e moderador do debate, destinara que a tese fosse sujeita durante a manhã a sucessivos tratos de polémica universitários, remetendo os dois autores de **Os Painéis de Nuno Gonçalves** para a segunda fila da audiência.

Os dez minutos iniciais da sessão da tarde foram-me reservados para a exposição da tese no centro da polémica. Seguidamente, foi facultado a um conjunto diversificado de autores exporem as suas teses sobre os Painéis, pretendendo-se assim desfocar a atenção da assistência dos novos dados em análise.

Uma constante nos julgamentos desleais é a celeridade implacável com que cai a lâmina do veredicto pré-determinado. Assim, logo ao final da mesma tarde, o trânsito em julgado era facultado a Isabel Salema, jornalista do *Público*: «**Não há motivo nem justificação [para o IPM promover a realização ulterior de um encontro com especialistas internacionais] não compete ao Ministério da Cultura ter um outro papel**». Nestes termos, Manuel Bairrão Oleiro barrava a passagem a instância superior, tolhendo uma eventual ação futura do ministro da Cultura. Para o então diretor do IPM, o susto tinha aparentemente passado e Isabel Sale-

ma já dispunha de título apropriado para a notícia de uma página na edição do *Público* do dia seguinte: ‘Nova tese sobre os Painéis não convence universidades’.

De forma significativa, treze anos decorridos sobre a realização do encontro-debate, não deu este origem a quaisquer actas escritas.

Convivência com fraude científica

Mas, perguntará o leitor, que móbil obscuro poderá motivar a cultura institucional, nomeadamente o ministério que a tutela, a bloquear a aceitação, se não mesmo a divulgação, de dados que só contribuiriam para enaltecer os Painéis de São Vicente de Fora? Poderá alguma força oculta manipular de forma discreta as manobras de bloqueio? Poderão alguns corifeus, guiados por espúrio sentido de irmandade espiritual, investirem-se no papel de pressurosos guardiães do prestígio intelectual póstumo de nomes conhecidos – pensa-se, em particular, nos de José de Figueiredo, Jaime Cortesão, Reynaldo dos Santos e, quicá, no de Almada Negreiros, este último cultor de veia mais fantasista – e optarem por iludir a leitura honesta da inscrição, receosos que ela confirmasse que muito do labor daqueles autores não intuía a tese correta?

No entanto, tal solicitude revelar-se-ia desajustada, ou não tivesse o próprio Jaime Cortesão expressado o probo desejo: «**A única forma de acabar com todas as dúvidas seria o aparecimento dum documento definitivo ou uma série deles que identificassem o Santo e as principais figuras que o veneram e, ao mesmo tempo, revelasse o pensamento ou o propósito que os reúne no mesmo culto, ou seja, o significado do retábulo**».

Ora, a inscrição identificada no botim do adolescente será, com toda a verosimilhança e de uma forma verdadeiramente imprevista, a peça documental desejada. A escolha desta citação de Jaime Cortesão é pertinente pelo seu conteúdo. No entanto, a evocação do nome desta respeitável, e influente também, figura da oposição republicana ao regime de Salazar, é deliberada – confessadamente, Mário Soares colocou-se na posição de seu discípulo espiritual. Pretende-se assim sugerir à imaginação do leitor a falta de entusiasmo onde o entusiasmo do autor destas linhas esbarrou quando, por variadas vias e com uma insistência que, provavelmente, foi sentida como impertinência, tentou que lhe fossem entreabertas as pesadas portas da Cultura institucional.

Pondere-se neste ponto o insólito de ver o Político de S. Vicente de Fora – que carrega uma história já pesada, por ter tido o estranho condão de atrair sobre si tantas paixões portuguesas – móbil de manobras de ocultação científica caucionadas ao mais alto nível. Atendendo à natureza crucial daquilo que tem sido ocultado – tem-se em mente, sobretudo, a inscrição autoral no botim do jovem adolescente – aquelas manobras consubstanciavam, se forem ponderadas de forma severa, convivência numa fraude científica.

Béatrice Fraenkel vai ao cerne da questão (*‘La Signature’, in Histoire de l’écriture, de l’idéogramme au multimedia*, Flammarion, 2001): «**A intenção de assinar pertence ao registo jurídico. O sinal captura sob uma aparência modesta princípios fundadores tanto da sociedade como do indivíduo**».

Escreveu em 2003 a mesma especialista sobre a inscrição auto-

DR



ral no botim: «**Penso que as hipóteses de Jorge Filipe de Almeida são extremamente sólidas. Estou pessoalmente convencida de que foi encontrada uma assinatura escondida nos Painéis**».

Então, por que se espera para avançar para uma segunda peritagem oficial, mais alargada e aprofundada do que aquela já feita em 2002 pelo ANTT? A eventual reconfirmação da assinatura de Nuno Gonçalves e do ano de 1445 não surpreenderia, pois estranho seria que contrariasse o facto referido por José Manuel Barata-Feyo (*Grande Reportagem*, junho de 2003): «**A leitura das iniciais, qual ovo de Colombo, pode ser hoje feita por simples camponeses letrados da minha aldeia beirã**».

«Resistência a uma discussão intelectual aberta»

No entanto, a denúncia estridente da obstrução do MNAA – obstrução que tem tido caução oficial ao nível mais elevado, enfatize-se – corre o risco de ser